

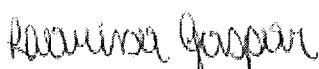
ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA HÍBRIDA DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, às dez horas e seis minutos, reuniu-se, na sede da Câmara Municipal de Fortaleza, em formato híbrido, nos termos da Resolução n.º 1.664/2020, a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. Estiveram presentes as senhoras Vereadoras Larissa Gaspar, Adriana Nossa Cara e Tia Francisca (virtual) e o senhor Vereador Emanuel Acrízio (virtual). Também participou da reunião o Vereador Moura Taxista (virtual). A Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, Vereadora Larissa Gaspar, abriu a segunda reunião extraordinária híbrida do primeiro período legislativo do ano de dois mil e vinte e dois. Em seguida, iniciou a reunião, registrando a presença de alguns convidados para tratar de denúncia de abordagem violenta da Guarda Municipal de Fortaleza contra jovem artista no Terminal Antônio Bezerra: a senhora delegada Arlete Silveira, diretora do Departamento de Proteção aos Grupos Vulneráveis (DPGV) da Polícia Civil do Ceará, o senhor delegado Demitri Cruz, o jovem Miguel Leon e sua mãe, a sra. Débora, além de representantes de diversos grupos da sociedade civil organizada. A Presidente Larissa Gaspar, para abrir o debate, concedeu a palavra ao sr. Miguel Leon, que iniciou seu relato afirmando ter sofrido uma abordagem violenta promovida pela Guarda Municipal, ocorrida no terminal de ônibus, enquanto subia no coletivo. Afirmou trabalhar nos coletivos realizando arte urbana na forma de poesia, atestou ter sofrido um disparo de arma não letal por parte de guardas municipais e de ter sido acusado de promover tráfico de drogas ou de estar à espreita para praticar furtos. Mencionou que cinco ou seis guardas municipais o puxaram do ônibus pela camisa, que o agrediram verbalmente, chamando-o de “vagabundo”, “gaiato” e, por não estar portando sua identidade, expulsaram-no do local, realizando o disparo. Dada a palavra à sra. Débora, esta afirmou que estava sendo difícil lidar com a situação e lamentou a ação da Guarda Municipal e o preconceito sofrido por pessoas pobres, mais especificamente por pessoas que trabalham nas ruas. Fez um relato emocionado afirmando que não foi a primeira vez que seu filho sofreu com a violência praticada pelo Estado, denunciou dificuldades no registro do boletim de ocorrência realizado na 10ª delegacia, requereu a punição dos guardas municipais e dos policiais que agiram de maneira criminosa. Por fim, pediu desculpas pelos excessos e solicitou das autoridades presentes ações no sentido de dar maior proteção às pessoas que passavam por situação de pobreza e vulnerabilidade. Em seguida, a Presidente passou a palavra ao sr. Sete Tom, que declarou ser animador de “busão”. Ele pediu o fim do preconceito contra os artistas de ônibus, solicitou apoio para afastar o estigma social para com a categoria de artistas de rua e solidarizou-se com a situação de violência sofrida pelo sr. Miguel. Com a palavra, o sr. Cluber reforçou as falas anteriores, em especial aquela sobre o fortalecimento das campanhas contra o preconceito. Na sequência, foi passada a palavra para o sr. Cris Rodrigues, que afirmou já ter sido vítima de violência institucional e conhecer outros casos de violência praticados pela Guarda Municipal. Também reclamou da burocracia para ingressar na Câmara Municipal, solicitou a criação de regulamento para a atividade de trabalhadores de rua, relatou as dificuldades relacionadas ao acesso dos artistas aos equipamentos dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciências e Esportes (CUCAs) e pediu apoio para a criação de um fórum de artistas de rua. Por fim, o convidado

solicitou ações que gerassem mudanças efetivas. Com a palavra, o sr. Cristiano saudou a todos. Ele demandou a criação de políticas públicas que atendessem às periferias, pediu segurança aos agredidos, além de justiça contra os agressores. Dada a palavra à sra. Carla, esta afirmou ter sofrido situação de violência por parte da polícia militar enquanto fazia poesia nos ônibus e pleiteou verbas orçamentárias destinadas às artes urbanas. Foi passada a palavra à sra. Vereadora Adriana Nossa Cara, que lamentou ter que ausentar-se de maneira abrupta e justificou a situação, informando que sua companheira sofrera um acidente doméstico e, portanto, precisaria de assistência. Solidarizou-se com a sra. Débora, questionou o uso de armamentos por parte da Guarda Municipal, propôs a produção de uma legislação para regulamentar a atividade dos trabalhadores de rua e colocou-se à disposição de todos. Foi, então, passada a palavra ao sr. Paulo, conselheiro do Conselho de Promoção da Igualdade Racial, que questionou a utilização de armas pela Guarda Municipal e insurgiu-se em face do preconceito direcionado à comunidade negra, ressaltando que estes são as vítimas da violência letal e não letal; por fim, solicitou visitas técnicas aos equipamentos da Rede CUCA. Com a palavra, a sra. Micinete reclamou não haver em Fortaleza festivais de artistas de rua e solicitou que eventuais editais criados tivessem como destinatários pessoas das periferias. Concedida a fala ao sr. James Wilame, este se indignou em face da violência sofrida por pessoas pobres em espaços públicos, expondo a perseguição aos saraus e “rolezinhos” que acontecem na periferia. Na ocasião, foi denunciado por mais de um jovem a existência dos chamados “quartinhos da tortura” ou “quartinhos do pânico” nos terminais de ônibus de Fortaleza, com a finalidade de torturar física e mentalmente pessoas abordadas pela Guarda Municipal. Dado direito de fala ao sr. Cláudio, advogado do Escritório de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza, este se colocou à disposição do sr. Leon e sua mãe e ressaltou que mais importante do que discutir protocolos de abordagem da Guarda Municipal é discutir que, em determinadas circunstâncias, tal qual a discutida na reunião, a Guarda Municipal não deveria realizar abordagem, por não se tratar de prática criminosa. Desejou a punição exemplar dos agentes públicos envolvidos, propôs que a Comissão solicitasse informações oficiais à Prefeitura sobre a atuação da Guarda Municipal nos terminais de ônibus e solicitou a fiscalização dos chamados “quartinhos da tortura”. A Presidente Larissa Gaspar leu o ofício da Guarda Municipal enviado à Comissão, que informou já ter sido aberto procedimento de investigação na esfera administrativa e que os procedimentos dos guardas municipais deviam respeitar os direitos humanos e as normas vigentes. A Presidente afirmou ainda ter recebido informações do secretário de Segurança Cidadã dando conta de que a corregedoria do órgão aguardava o envio das imagens das câmaras de segurança do terminal para dar prosseguimento às investigações. Passada a palavra à delegada Arlete Silveira, esta afirmou que a maior vulnerabilidade da cidade de Fortaleza, no quesito segurança pública, era o elevado número de homicídios praticados contra jovens negros; esclareceu que, embora o seu departamento não estivesse responsável pelas investigações, estaria atenta e iria empenhar-se no andamento célere do procedimento investigatório. Por fim, ressaltou que o foco da segurança pública deveria ser sempre a prevenção de crimes. Concedida a fala ao delegado Demitri Cruz, este se solidarizou com o sofrimento do sr. Leon, exaltou a riqueza do debate e defendeu o cumprimento das leis e dos procedimentos já estabelecidos no Estado Democrático de Direito brasileiro. Com a palavra, a sra. Lila lamentou que o encontro com a participação dos jovens tenha ocorrido para discutir sobre violência, afirmou que o poder público precisava enfrentar a violência realizada contra a população pobre e negra e, em seguida, pugnou pela criação de políticas públicas

pobre e negra e, em seguida, pugnou pela criação de políticas públicas que atendessem a essa população mais vulnerável. Retomando a palavra, a Vereadora Larissa Gaspar justificou a ausência da defensora pública Mariana Lobo, que se encontrava em audiência no momento da reunião, repassando a informação da defensora de que a Defensoria Pública estaria à disposição do sr. Leon e sua família para ingressar com as ações judiciais cabíveis. Em seguida, parabenizou os artistas que atuavam nos ônibus, afirmou nunca ter tido conhecimento da existência de “quartinhos de tortura” nos terminais de ônibus e comprometeu-se a realizar visitas técnicas a estes espaços para que deixassem de existir. Propôs os seguintes encaminhamentos: solicitar os vídeos de monitoramento junto à Prefeitura, requerer o afastamento dos servidores envolvidos na ação, pedir informações oficiais acerca das atividades da Guarda Municipal nos terminais de ônibus, acompanhar o sr. Leon à Defensoria Pública, a fim de receber assistência do órgão, e dedicar atenção ao andamento do inquérito policial. Por fim, agradeceu a presença de todos e abriu espaço para apresentação dos artistas, que fizeram rimas de protesto e luta, o que contou com a participação e o apreço dos presentes. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente levantou a presente reunião, informando antes que a próxima Ordem do Dia será o que ocorrer. A reunião foi levantada às doze horas e dezesseis minutos.

Câmara Municipal de Fortaleza, 5 de abril de 2022.



Presidente



Câmara Municipal de Fortaleza
Coordenadoria das Comissões Técnicas

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

FOLHA DE FREQUÊNCIA BIÊNIO 2021/2022

REUNIÃO DO DIA / /

MEMBRO EFETIVO	PARTIDO	ASSINATURA
LARISSA GASPAR <i>Presidente</i>	PT	<i>Larissa Gaspar</i>
ADRIANA NOSSA CARA <i>Vice-Presidente</i>	PSOL	<i>Adriana Geronimo</i>
EMANUEL ACRIZIO <i>Membro</i>	PP	<i>presença virtual.</i>
PRISCILA COSTA <i>Membro</i>	PSC	
ERIVALDO XAVIER* <i>Membro</i>	PSC	
TIA FRANCISCA <i>Membro</i>	PL	<i>presencia virtual.</i>
JOSÉ FREIRE <i>Membro</i>	PSD	

MEMBRO SUBSTITUTO	PARTIDO	ASSINATURA

SUPLENTE EM EXERCÍCIO DE MANDATO	PARTIDO	ASSINATURA
ROBÉRIO SAMPAIO*	PSC	

Coordenadoria das Comissões Técnicas

Em 05/04/2022.